

Disputa acirrada para ser distrital

São 599 nomes na corrida para uma das 24 vagas na Câmara Legislativa. Políticos apostam no corpo a corpo e usam as redes sociais em busca de apoio. Sistema proporcional não garante que mais votados sejam necessariamente eleitos



» ANA ISABEL MANSUR

De todos os 872 candidatos que se inscreveram na Justiça Eleitoral para disputar um cargo no Distrito Federal nestas eleições, 599 (69%) buscam uma das 24 vagas para deputado distrital. Conquistar uma cadeira na Câmara Legislativa do DF (CLDF) é a tarefa mais concorrida para quem deseja ser eleito em outubro. A escolha é tão pulverizada, que, entre os que foram eleitos para a CLDF nas últimas eleições, a diferença do parlamentar mais votado para aquele que recebeu menos confirmações nas urnas foi de cerca de 23 mil votos. O primeiro colocado conquistou menos de 2% dos eleitores, pouco mais de 29,4 mil votos, enquanto o distrital na última posição convenceu 6,5 mil brasileiros (0,44%). A dificuldade de alcançar a CLDF também pode ser vista em outro aspecto dos resultados de 2018, quando 37 candidatos conseguiram até 50 votos.

O **Correio** conversou com distritais que buscam a reeleição e com quem luta por um cargo na câmara local pela primeira vez. As estratégias para conquistar os eleitores são parecidas e incluem contato corpo a corpo, panfletagem nas ruas do DF, divulgação das propostas pelos meios digitais e interação com o público via redes sociais. No entanto, quem consegue uma vaga na CLDF nem sempre é aquele que recebeu o apoio de mais cidadãos. Isso porque o sistema usado para compor as casas legislativas do Brasil é proporcional, conforme explica o cientista político Valdir Pucci. Em 2018, por exemplo, um candidato com mais de 10 mil votos não foi eleito, ao contrário do último parlamentar a integrar a legislatura de 2019-2022 — que recebeu apoio de 6,5 mil eleitores.

“O Brasil utiliza dois sistemas eleitorais, o majoritário, para o Executivo e o Senado Federal, e o proporcional, para o Legislativo. Uma eleição proporcional, como o próprio nome diz, se baseia na proporcionalidade entre os votos válidos que um partido recebe, excluídos os nulos e os brancos, e a quantidade de cadeiras que esse partido terá direito. Por exemplo, se uma legenda recebeu 10% dos votos, ela tem direito a 10% das cadeiras da CLDF. É claro que não dá pra fazer essa conta como se fosse uma simples regra de três, então foram criadas fórmulas para calcular essa proporcionalidade. Neste caso, no Brasil, há o quociente eleitoral e o

quociente partidário (veja **Sistema proporcional**), aponta o especialista. Não há, contudo, um número exato para garantir uma vaga na Câmara Legislativa. Segundo Valdir Pucci, a média varia a cada pleito, porque os votos válidos mudam de uma eleição para outra, o que altera, consequentemente, os quocientes eleitoral e partidário. “Podemos ter deputados eleitos com 2 mil votos e outros com 40 mil”, completa o cientista político.

Importância

Apesar da discrepância, a escolha do candidato não deve ser menosprezada. Os parlamentares da CLDF são essenciais para determinar os rumos que o DF seguirá nos próximos quatro anos (**leia Nossos parlamentares**). “O distrital leva as demandas do cidadão para o Estado, é o elo entre eleitor e governo. São os nossos distritais que vão dizer como e onde os recursos serão alocados, a cada ano fiscal, se na educação, na saúde ou no transporte. São eles que aprovam a liberação de verbas para o funcionamento da cidade, como um todo”, destaca Valdir Pucci.

Dos 599 candidatos a distrital, 20 tentam ser reeleitos. O **Correio** entrou em contato com alguns desses parlamentares. Apesar dos campos políticos divergentes, as estratégias de campanha não se diferem tanto de um político para outro. As principais apostas concentram-se em lembrar os brasilienses das conquistas obtidas durante o mandato em vigor. Para isso, os distritais têm usado as plataformas digitais e o contato direto com os eleitores, nas ruas da capital do país. Reuniões com lideranças de segmentos aliados e encontros com categorias defendidas pelos candidatos têm sido frequentes, além da vinculação com chapas majoritárias, tanto local quanto nacionalmente.

Entre quem busca uma vaga na CLDF pela primeira vez, há quem acumula experiência em gestão pública e outras campanhas eleitorais. Nesses casos, a estratégia usada também lança mão da memória dos eleitores. É o caso de Marivaldo (PSol), que tentou uma vaga no Senado em 2018; Raissa Rossiter (PSB), ex-secretária adjunta de Mulheres; e Petrus Sanchez (Podemos), ex-secretário-adjunto de Assistência à Saúde do DF. O candidato do PSol, por exemplo, tenta reconquistar os 83 mil votos que conseguiu nas eleições passadas. “Tenho usado muito o corpo a corpo. Eu mesmo estou panfletando o tempo todo e usando bastante as redes sociais, para lembrar a população da minha campanha ao Senado, que foi muito marcante”, avalia o advogado popular.

Raissa Rossiter tem focado a campanha física em 13 regiões administrativas da capital do país. “Essas RAs representam grupos socioeconômicos

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Plenário da Câmara Legislativa: debates e propostas para população do Distrito Federal

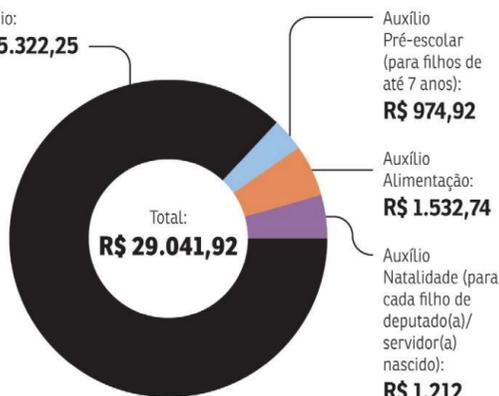
Deputados distritais: o que fazem e quanto ganham?

Os parlamentares da Câmara Legislativa do DF acumulam funções de deputado estadual e vereador. Por ser um cargo de eleição proporcional, não existe limite para a quantidade de vezes que podem se reeleger

Remuneração

Subsídio:

R\$ 25.322,25



Funções

- 1 Discutir e alterar tudo que não for de competência do Congresso Nacional: trânsito, segurança pública, legislações federais e direito previdenciário e penal, por exemplo.
- 2 Discutir e aprovar projetos de leis, inclusive matérias complementares a leis federais.
- 3 Propor e alterar planos diretores (organização das regiões administrativas).
- 4 Têm a função de fiscalizar os atos do Executivo, por exemplo, derrubar vetos do governador e até mesmo de votar o impeachment dele.
- 5 Dar a palavra final sobre o Orçamento, revisado duas vezes por ano.
- 6 Garantir emendas parlamentares (cota do Orçamento conferida para cada deputado) e destinar investimentos para a área de interesse, como reforma de escolas e a manutenção de postos de saúde. No entanto, a execução e a administração do dinheiro ficam por conta do governo.

Fontes: Alessandro Costa, mestre em ciência política e professor de direito eleitoral do Ceub, e Fernando Sousa, advogado eleitoral.



O distrital leva as demandas do cidadão para o Estado, é o elo entre eleitor e governo. São os nossos distritais que vão dizer como e onde os recursos serão alocados”

Valdir Pucci,
cientista político

Para saber mais

Sistema proporcional

Primeiro, é preciso calcular o quociente eleitoral, que é o total de votos válidos, dividido pelo número de cadeiras — no caso da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), 24. Depois, com o quociente eleitoral, é necessário calcular o quociente partidário, que é o número de cadeiras que cada partido terá direito: 10%, 20% ou 30%, a depender do resultado.

E aí vem a grande questão: por que alguns deputados com mais votos não são eleitos, enquanto outros que receberam menos votos conseguem uma vaga? Isso depende, justamente, da filiação e da distribuição de cadeiras para aquele partido.

Suponhamos que o Partido A tenha, proporcionalmente, direito a uma única vaga. O eleito será o mais votado do partido, que recebeu 6 mil votos, por exemplo. Já no Partido B, que também teve direito a uma vaga, o primeiro colocado teve 50 mil votos e o segundo, 30 mil. Ora, o primeiro colocado desse partido vai ser eleito e o segundo, não.

Fonte: Valdir Pucci, cientista político

variados e faixas etárias diferentes. Tenho priorizado, principalmente, os segmentos das minhas principais pautas, que são as mulheres e os empreendedores”, aponta a candidata.

Ao contrário dos adversários, o obstetra Petrus Sanchez não percorre tanto as ruas do DF. “Tenho usado contatos, reuniões de grupos e as redes sociais. Minhas bandeiras são a saúde, a segurança pública e o combate a desvios no uso de recursos públicos”, lista o ex-secretário.

Campanha

A insistência no contato direto com os brasilienses é frequente entre quem nunca ocupou um cargo eletivo. Dra Sula (Agir) também tem percorrido cidades específicas do Distrito Federal para apresentar a candidatura aos eleitores. “(Tenho feito) corpo a corpo em Planaltina, Planaltina (GO), Sobradinho 1 e 2, Fercal, Paranoá, Lago Norte, asas Sul e Norte, Cruzeiro, Ceilândia, Taguatinga e Gama. Acredito no histórico da minha vida, de acolher os mais necessitados. Acredito que, se as pessoas que representam o povo não tomarem conta da gestão de Brasília, a Câmara Legislativa será dominada por empresários em prol de suas próprias empresas, sem nenhum projeto social”.

Pouca estrutura de campanha e baixos recursos financeiros são constantes entre esses candidatos, pouco conhecidos dentro dos próprios partidos. Kalango Corredor (PTB), que aposta no corpo a corpo nas ruas e nas redes sociais, se encaixa nessa situação. “Sou um candidato humilde e sem dinheiro para a minha campanha. Quero representar os ciclistas e os corredores de rua. Minhas principais bandeiras são o esporte, a cultura e a saúde, e pretendo ir ao meu público, que inclui também os tatuadores e body piercings.”

Diretor do Sindicato dos Rodoviários do DF, João Dão (PT) também quer falar diretamente com a categoria que representa. “Estou fazendo corpo a corpo e também estou nas redes sociais. Quero defender os trabalhadores rodoviários e buscar melhorias no transporte. A população merece qualidade. Tudo que for em busca de melhoria para a comunidade estou apoiando”, comenta.

Colaborou Arthur de Souza